

Raízes escravas da modernização capitalista no Brasil

Luiz Fernando Saraiva

Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Rita de Cássia da Silva Almico

Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

A presente proposta de pesquisa busca analisar algumas transformações na economia brasileira durante o século XIX, entendendo a vigência do regime escravista como o elemento fundamental na definição dessa economia e de tais transformações. Contrariando grande parte da historiografia especializada, entendemos que a escravidão não se constitui como elemento estrutural do atraso industrial brasileiro no período mas, paradoxalmente, como o elemento definidor desse mesmo processo. Os aspectos centrais que a escravidão irá adquirir no final do século XVIII e durante o XIX foram tratados por diversas correntes teóricas, de matrizes distintas, ao longo do tempo. A partir desses estudos propomos ampliar a discussão sobre o papel do trabalho escravo em sua ligação com os processos modernizantes que ocorreram em diversas regiões do país, buscando analisar os ritmos de desenvolvimento que tais regiões apresentaram.

Palavras-chave: Escravidão; Modernização; Capitalismo.

Área: História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

Introdução

A economia brasileira passou por grande crescimento e diversificação ao longo do século XIX. Fruto das mudanças ocorridas na economia colonial “em crise” ao final do século XVIII e cujo modelo de funcionamento irá até as primeiras décadas do século XX, essa diversificação, assistida em várias regiões, ocorreu, no nosso entendimento, em locais onde existiam complexos agroexportadores *predominantemente* escravistas de produtos variados, destinados ao mercado internacional principalmente. Tal modernização envolvia todos os elos dessas economias agroexportadoras regionais, a saber, produção, transporte, comércio, financiamento, urbanização e seus desdobramentos. Estas transformações estavam diretamente ligadas ao conjunto de mudanças que a economia mundial atravessou neste período – notadamente a expansão de um mercado mundial de contornos cada vez mais capitalistas – sendo que, internamente, nossa economia se defrontou com um contexto muito próprio e peculiar, com encaminhamentos que possuíam grandes significados – e influências – para os períodos subsequentes.

Até que ponto a historiografia contribuiu, com suas análises e dados, para uma melhor compreensão da economia brasileira no século XIX de forma menos centralizada no sudeste cafeeiro? De que forma estas discussões podem permitir o avanço nos estudos sobre a economia brasileira ao longo do século XIX, ampliando o olhar para as demais regiões agroexportadoras do país? E, principalmente, qual o papel que a escravidão teve nesse processo?

Essas inquietações apresentadas acima norteiam, de forma mais geral, esse trabalho de pesquisa. Nossa proposta pressupõe ampliar o olhar sobre a economia brasileira do século XIX, alcançando as diversas regiões do país que tinham suas economias baseadas na exploração do trabalho escravo e que apresentaram algum grau de modernização graças aos desdobramentos da riqueza gerada por essas economias regionais.

Para tanto, partimos de duas obras de referência na historiografia econômica nacional, de forma crítica, visando ampliar seu debate para outras regiões, além da região cafeeira e das condições fundamentais de desenvolvimento. Tratam-se dos livros **Raízes da concentração Industrial em São Paulo** de Wilson Cano e **Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento** de Wilson Suzigan (Cano, 1998; Suzigan, 2005).

A primeira obra, como o próprio título sugere, busca entender as razões da ‘superioridade’ paulista no processo de industrialização do país no século XIX a partir da análise de como o *complexo agroexportador* das ‘novas’ regiões cafeeiras paulistas – notadamente o “novo oeste paulista” – promoveram este arranque. Paradoxalmente, no entanto, é a generalização da ideia do complexo agroexportador para as outras regiões do país, sem o signo da “falta” ou “incompletude” vista pelo autor, que podem nos ajudar a estudar a diversidade regional do Brasil no século XIX.

“... e, já antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país, contando, inclusive, com um incipiente compartimento produtor de bens de produção, instalado com vistas ao mercado nacional. Daí se estabeleceu, desde cedo, uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista sobre as demais regiões do país, imprimindo-lhes, em grande medida, uma relação comercial típica do “centro-periferia” (CANO, p. 05, 1975).

Entendemos que a passagem acima, ainda que possa ser verdadeira, não exclui o desenvolvimento de outros complexos agroexportadores regionais brasileiros, em ritmos e dimensões distintos, com seus desdobramentos que podem ser vistos como modernizantes e, ainda, como respostas às mudanças no contexto mundial e nacional que impunha as relações capitalistas.

Segundo Wilson Cano, todo o complexo agroexportador promove uma série de encadeamentos (ou *steps*) a partir do produto principal que podemos definir, com certa liberdade em relação ao “esquema” proposto pelo autor, como: 1º Produção de alimentos para abastecer os envolvidos na atividade principal; 2º Modernização dos sistemas de beneficiamento, produção e acondicionamento do produto principal como a fabricação de máquinas e outros artigos; 3º Modernização dos sistemas de transportes e armazenamento para reduzir os custos; 4º

Desenvolvimento comercial e financeiro para montar, expandir e abastecer as unidades produtoras; 5º Crescimento do(s) núcleo(s) urbano(s) que centraliza atividades ligadas ao produto principal; e, 6º Políticas públicas, locais, provinciais/estaduais ou imperial/federal de estímulo à produção. Além disto, o autor chama atenção que “especificidades” locais podem contribuir ou obstaculizar o desenvolvimento dos complexos, impondo pesquisas com olhares mais particulares e verticais.

Nossa discordância principal deste ponto de vista é o fato do autor colocar São Paulo como espaço privilegiado do processo de modernização capitalista no Brasil, em detrimento dos processos que aconteceram nas outras regiões. O sentido de incompletude com que o autor “olha” para as demais regiões do país reveste-se, a nosso ver, de certo anacronismo, como iremos trabalhar ao longo deste texto. Propomos ampliar essa visão para as regiões que produzem os demais produtos que compõem a pauta de exportações do Brasil no século XIX, para além do café, como açúcar, algodão, couros e peles, fumo, cacau, borracha, outros.

Já o livro de Wilson Suzigan – que talvez seja o melhor trabalho sobre as origens da Indústria Brasileira no século XIX e início do XX – relaciona as várias teorias que explicam as origens das indústrias e o crescimento das mesmas no Brasil e, ao adotar os conceitos de “produto básico” e “efeitos de encadeamento” de Melville Watkins e Albert Hirschmann, respectivamente, afirma que: (...) *o desenvolvimento industrial no Brasil no século XIX pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador* (Suzigan, 2000. p. 75).

Aqui, quase automaticamente, se colocam as seguintes perguntas: de qual(is) setor(es) exportador(es) estamos falando? E, mais importante ainda, qual era a principal forma de trabalho deste(s) setor(es) e a influência que essa mão de obra, e a geração de renda por ela gerada, terá no desenvolvimento dessa indústria? A resposta, que implica em reconhecer a grande diversidade regional e a generalização do trabalho escravo pelo país no período, praticamente impõe a agenda de pesquisas que estamos propondo.

Tais estudos *invadem* o campo da teoria e, de certa forma, obrigam a algumas revisões sobre a economia brasileira do período. É necessário, então, avançar para além de estudos que analisam o complexo cafeeiro da região centro-sul, das modernizações por ele geradas e dos embates e debates políticos e discursivos do período e avançar para uma compreensão mais refinada de que o país era **Diverso e Desigual**.¹

Para isso, elegemos seis condições para trabalhar e destacar como características do que estamos denominando modernização capitalista de base escravista: 1º) Os complexos agroexportadores regionais; 2º) A criação de um sistema financeiro com bancos, casas bancárias, caixas econômicas e congêneres, além do crédito hipotecário; 3º) O desenvolvimento de atividades industriais de diversas naturezas e dimensões, com especial ênfase na indústria têxtil pelo seu caráter pioneiro no arranque industrial brasileiro; 4º) A criação de um sistema de proteção intelectual das atividades inventivas e o efetivo registro de patentes e marcas; 5º) O desenvolvimento de sistemas de comunicações e transportes e 6º) Os vários setores genericamente denominados como serviços e urbanização.

A partir dessas inquietações, sugerimos uma agenda de pesquisa que estamos iniciando nesse texto e que propomos como debate para um entendimento mais amplo e abrangente de nossa economia no século XIX. Entendemos que a escravidão, e a mão de obra africana escravizada, promoveram processos de modernização capitalista no Brasil do século XIX graças à riqueza gerada e uma série de encadeamentos que iremos tratar. Portanto, tentaremos demonstrar que quanto maior a concentração de mão de obra escrava, maior a concentração de processos modernizantes nas regiões do país. Esses processos, com ritmos e intensidades distintos, não se modificaram dramaticamente com o final da escravidão em 1888 e somente foram abandonados a

¹ Tiramos a ideia de Diverso e Desigual da obra de MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. FUNPEC Editora, 2009. Nesta pesquisa o autor demonstra a posse escrava e as diversas atividades econômicas a partir de amplo levantamento de fontes regionais cotejadas pelos dados do censo de 1872. A conclusão do autor da Centralidade da Economia cafeeira do Centro-sul não retira, entretanto, em nosso entendimento, as especificidades dos complexos econômicos de outras regiões do país.

partir da política econômica que se instaurou no Brasil no período posterior a 1930, como resposta a crise que o capitalismo mundial atravessou e que concentrou esforços e políticas públicas no sudeste brasileiro, essencialmente no eixo Rio-São Paulo, em detrimento das demais regiões brasileiras.

O primeiro passo, que pode ser visto nos mapas que compõem esse texto, foi localizar as regiões com maior concentração de mão de obra escrava utilizando para tanto o **Recenseamento Geral do Império do Brasil do ano de 1872** (Mapa 01). O grau de concentração das populações escravas foi definido pelo índice Jenk e o georeferenciamento seguiu o mapa dos municípios brasileiros de 1872 elaborado pelo IBGE.

Feito isto, a obra de Wilson Suzigan nos serviu de ponto de partida para a elaboração do mapa das indústrias têxteis criadas no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Além das indústrias listadas neste texto, também acrescentamos outros estabelecimentos industriais criados no período e que retiramos de fontes diversas (Mapa 02). Mantivemos nesse, e nos mapas subsequentes, a base georeferenciada de 1872 para efeitos de argumentação e melhor visualização da tese aqui proposta.

A pesquisa sobre estabelecimentos bancários para o mesmo período foi resultado da consulta em fontes secundárias, tendo como base a lista de bancos no Brasil do século XIX de Eduardo Cavalcanti de Mello em seu livro **A História dos Bancos na Parahyba**. O texto de Amaro Cavalcanti, **Resenha Financeira do Ex-Império do Brasil em 1889**, complementa esta lista de bancos com as instituições criadas após 1880 (Mapa 03).

Os registros de patentes, referentes ao período entre 1882 e 1910, foram retirados da **“Coleção Privilégios Industriais”** do Arquivo Nacional (Mapa 04). Também pretendemos demonstrar a presença da oferta do serviço de energia elétrica, com as datas de criação dessas empresas e suas usinas (hidrelétricas e termelétricas), a partir do Censo de 1920 e de fontes secundárias. (Mapa 05).

Algumas informações ainda precisam ser complementadas e outras ainda estão em fase inicial de pesquisa.

Passagens de uma economia colonial para economias mercantis escravistas regionais

As mudanças ocorridas na economia brasileira no “longo século XIX” irão, contraditoriamente, reforçar as opções escravistas e mercantis dos grupos que irão liderar, do ponto de vista econômico e político, o processo de independência e a construção do Estado brasileiro (Mattos, 1994). De maneira não completamente consensual entre os historiadores econômicos esse processo gerou um amplo debate historiográfico que opõe algumas ideias centrais sobre a natureza de nossa economia ao longo do século XIX. Em primeiro lugar, a dicotomia entre um *sistema colonial* – marcado por uma exploração mercantil sistemática dos recursos locais – *versus* uma negação desse caráter predatório da política mercantil lusitana que, ao justamente se apoiar no caráter agrário-mercantil de um *Império pluri-continental*, ensejou grande crescimento das áreas adjacentes (ou periféricas) desse mesmo Império.

Essa primeira visão, a do Sistema Colonial, tem ainda amplo consenso dentro das Ciências Sociais, assumindo o papel de principal vertente explicativa de nossa economia e, ainda, de nosso atraso estrutural. Seus principais autores, como já é sobejamente conhecido, foram Caio Prado Júnior e Celso Furtado que, nas décadas de 1940 e 1950, formularam grandes ensaios interpretativos que serviram de base teórica para as formulações industrializantes e nacionalistas exaradas dos estudos *cepalinos* (Prado Junior, 2000; Furtado, 2000).²

² JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1948. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1963. Sobre o alcance dessas ideias na definição dos modelos explicativos brasileiros cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Contraponto: São Paulo, 1995.

Uma segunda visão foi sintetizada nas últimas duas décadas a partir dos estudos de João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino. Apesar da originalidade da pesquisa empírica, esses estudos ‘operaram’ a partir de dados e pesquisas anteriores que já apontavam rachaduras no modelo explicativo proposto³ e, embora articulassem uma interpretação global, essa ainda é marcada pelo signo do atraso ou do *arcaísmo* acerca dos limites da sociedade e economia luso-americana a partir do século XVIII e as consequências para o nosso desenvolvimento subsequente (Florentino; Fragoso, 1996).⁴

Outra controvérsia, em relação a inserção do “Brasil” nos quadros gerais de uma “economia mundo”, é a que coloca a natureza da dinâmica econômica para o crítico período que vai de 1780 até meados do século XIX. Nesse sentido, temos pelo menos quatro visões distintas. A primeira, que podemos considerar “clássica”, parte da obra de Celso Furtado que entende esse período como de uma grave crise econômica dada pela concorrência crescente do açúcar antilhano somado à decadente extração aurífera e a ausência de um produto ‘forte’, como será o café ao longo do século XIX. Se do ponto de vista empírico a visão de crise da economia colonial, como proposta por Furtado, já foi diversas vezes posta em cheque, a importância do livro **Brasil e Portugal na crise do Antigo Sistema Colonial**, de Fernando Novais, busca relativizar esse conceito de *crise* proposto por Furtado, enfatizando que este processo era de uma crise mais geral, do próprio sistema, e não da economia colonial brasileira de forma isolada (Novais, 1983).

Uma segunda visão é a que aborda esse período como de crescimento e expansão das atividades e têm suas origens em “clássicos” mais antigos ainda que o texto de Celso Furtado. Nas obras **História Econômica do Brasil** de Roberto Simonsen, publicada em 1937, e **Formação do Brasil Contemporâneo** de Caio Prado Junior de 1942 os autores consideram que o período em tela (1780 – 1850), longe de estagnação e declínio, na verdade foi marcado pela diversificação e crescimento. Esse entendimento pode ser encontrado no conceito de *Renascimento Agrícola* de Caio Prado Júnior, e também nos estudos feitos, a partir de 1972, por Jobson Arruda – este último apoiado em dados empíricos que demonstram o espetacular crescimento e diversificação das exportações *coloniais*. Tal crescimento econômico estaria ligado predominantemente às atividades ligadas ao mercado externo que, inclusive, se articulava com o continente africano na aquisição de mão-de-obra escrava. Embora esses estudos possuam grande ressonância com as pesquisas contemporâneas sobre o tema, certa indefinição conceitual dificulta uma formulação clara permitindo diversas interpretações como o “Antigo Sistema Colonial”, “Capitalismo Comercial” e, ainda, “Novo Sistema Colonial”.⁵ O que unifica essas visões é o caráter externo da economia brasileira, ou seja, o ponto relevante é a exploração colonial (ou externa) sem atentar para a importância de sua dinâmica interna ou somente, como no caso de Caio Prado especialmente, apontando a sua existência.

A esses estudos que mostram uma conjuntura de crescimento da Economia do “Brasil” nesse período, agregam-se uma terceira interpretação que ressalta a maior autonomia e importância do mercado interno “brasileiro” ou “colonial” frente às demandas externas. Dentre esses está o artigo seminal de Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, publicado em 1983, sobre o título de **Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited** (Martins Filho e Martins, 2002). A ideia central dos autores questionava a suposta decadência das Minas Gerais a partir do declínio e crise da mineração aurífera. Embora outros estudos sobre as dinâmicas internas

³ Notadamente aquelas feitas pelos autores que propuseram o conceito de Modo de Produção Escravista Colonial. Cf. CARDOSO, 1979; GORENDER, 1992.

⁴ Sobre as consequências para o nosso desenvolvimento cf. FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 29, p. 3-28, 2002..

⁵ Sobre Capitalismo Comercial a obra fundamental ainda é o estudo de JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Publifolha, 2000. Sobre a ideia de *Antigo e Novo Sistema Colonial* ver LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia colonial**. Editora Perspectiva, 1973. LAPA, José Roberto do Amaral. **O antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982. ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. Editora Ática, 1980 e, do mesmo autor, temos mais recentemente ARRUDA, José Jobson de A. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Edusc, 2008, entre outros. A obra de Roberto Simonsen é SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil, 1500-1820**. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1937. 2v (Brasiliense; 100)

já existissem há tempos (como o de Mafalda Zemela, para o caso das Minas Gerais, e José Amaral Lapa, para várias regiões do país), a questão central proposta pelos irmãos Martins, e que será ampliada pelos autores do **Arcaísmo como Projeto**, já citados anteriormente, e parte significativa da historiografia mineira, será a ideia do predomínio de atividades de subsistência e abastecimento sobre aquelas voltadas aos mercados externos como importante vetor explicativo do crescimento da economia nacional ao longo do XIX.

A quarta e última corrente que podemos vislumbrar aqui é aquela que destaca que o sistema escravista “brasileiro” assistiu, nesse período (novamente 1780 a 1850), um incremento significativo no volume de importação de escravos e, não obstante a forte política inglesa de combate ao tráfico, o resultado foi o aumento dramático na entrada de cativos. Tal evidência empírica ensejou que alguns historiadores recentemente denominassem esse período como de uma **Segunda Escravidão** (Muaze e Salles, 2015), com características distintas de todo período anterior.

Podemos entender esse grupo de pesquisadores como uma tentativa de síntese entre diversas correntes anteriores. Seus autores partem de uma interpretação da economia “brasileira” do século XIX marcada por uma maior complementaridade e integração ao mercado mundial *via* escravidão.

Se o conceito de Segunda Escravidão pretende lançar bases para superar esses vários modelos interpretativos, convém historicizar, ao menos sumariamente, o surgimento do conceito, sua rápida expansão pelos meios acadêmicos nacionais e internacionais e tentar esboçar alguns dos limites que o mesmo conceito oferece à compreensão da diversidade econômica e social do país ao longo do XIX. Publicado inicialmente em um artigo de Dale Tomich, em 1988, a ideia ‘central’ de que a Escravidão na América (e não somente no Brasil) tinha estreita relação com a expansão da Economia Capitalista, via Revolução Industrial, e com a generalização do consumo de produtos tropicais pelos europeus, ganhou espaço entre os estudiosos da área (Tomich, 1988).

De certa forma, essa leitura atualizava o clássico trabalho de Eric Williams **Escravidão e Capitalismo**, de 1944, ao relacionar a expansão do capitalismo aos sistemas escravistas da América não só na acumulação *primitiva* de capital, mas sim e principalmente, ao aumentar drasticamente a oferta de produtos de consumo de massa, notadamente o algodão no Sul dos Estados Unidos, o Açúcar em Cuba e o Café no Brasil. Outra questão levantada pelo estudo de Tomich foi a de encontrar uma explicação mais ‘coerente’ para o aumento no tráfico de escravos verificado no final do século XVIII e primeira metade do XIX, em pleno processo de formação dos Estados Nacionais, primeiro nos EUA, posteriormente na América Latina e, ainda, a manutenção de Cuba no universo colonial espanhol (Marquese, 2004; Salles, 2008)

Em nosso entendimento, embora altamente funcional, o conceito de Segunda Escravidão merece reparos ou aprofundamentos em dois pontos essenciais: 1) a delimitação do “universo” dos estudos à região cafeeira no Brasil, açucareira em Cuba e Algodoeira no Sul dos Estados Unidos – que apesar da supremacia e liderança incontestes, não impediu o desenvolvimento de outras atividades agroexportadoras regionais de importância e relevo; e, 2) o predomínio de estudos que estabelecem conexões políticas e/ou econômicas em uma “Economia Mundo” sem atentar para encadeamentos e consequências locais, por vezes mais significativas e de consequências mais duradouras.

Entendemos que essas interpretações listadas até aqui se mostram incompletas à responder questões que se remetem para além da busca pela origem do atraso brasileiro no século XIX ou, por outro lado, pela diversidade de nossa economia e dos processos modernizantes experimentados pelas diversas regiões agroexportadoras brasileiras no oitocentos.

As Economias Mercantis Escravistas Regionais

Desde o início do século XIX, juntamente com o processo de Independência e a construção do Estado Brasileiro, começaram as discussões sobre a escravidão, o fim do tráfico e a necessidade de modificar a “matriz” da mão de obra no país. Se de um lado, a manutenção do trabalho cativo era uma das poucas *moedas coloniais*, na feliz expressão de Ilmar Mattos, capaz de unir os diversos setores dominantes das fragmentadas colônias portuguesas na América, por outro, a crescente

pressão inglesa, em conjunto com os ideais iluministas, como os de *nação* e *povo*, questionavam a perenidade do sistema escravista (Mattos, 1994).

Exemplar, nesse sentido, foi a postura de diversos personagens da nossa independência que, em tese, eram favoráveis ao fim do tráfico de escravos e ao encaminhamento da “questão servil”. Porém, na prática, renunciaram a essas intenções na medida em que a manutenção da escravidão se colocou como uma das principais exigências dos setores dominantes das diversas capitânicas, depois províncias. Tal foi a posição de José Bonifácio de Andrada, ou ainda, do político e nobre mineiro João Severiano Maciel da Costa (Visconde com Grandeza e Marquês de Queluz), somente para ficarmos com dois importantes “personagens” mais conhecidos e já trabalhados por diversos autores, entre eles Emília Viotti, Paula Beiguelman e Alfredo Bosi, que reforçam a ideia de um pacto pela Escravidão e toda a articulação política daí resultante.⁶

Paralela a essas questões, a expansão de diversas atividades econômicas em fins do século XVIII e início do XIX provocou grande recrudescimento no tráfico de escravos, já notada por diversos autores. Na tabela 1 podemos perceber que desde a década de 1780 até 1850, com a proibição definitiva do tráfico de africanos escravizados, cerca de 2 milhões de escravos foram introduzidos no Brasil, ou cerca de 50% do total dos aproximadamente 4 milhões transportados para cá desde 1550. Isso significa dizer que, durante os 300 anos em que perdurou o *nefando comércio*, metade dos cativos veio para o Brasil nos últimos 70 anos da vigência do tráfico para nosso país.

Tabela 1: Distribuição da Importação dos Escravos para a América (1781–1855) aos milhares

Anos	A. Espanha	Brasil	Índias Ocidentais				A. Norte (EUA)
			A. Britanese	A. Foram-Será	A. Usam-Dia	A. Dinamarquesa	
1781 – 1790	42,2	181,2	100,2	357,8	12,3	4,6	55,8
1791 – 1800	77,4	233,6	194,3	82,6	5,3	14,5	79,0
1801 – 1810	85,7	241,3	105,4	17,0	0,0	3,3	156,3
1811 – 1820	177,8	327,7	0,0	18,8	0,0	0,0	10
1821 – 1830	103,5	431,4	0,4	57,9	0,1	0,0	2,0
1831 – 1840	207,0	334,3	10,2	0,6	0,0	0,0	0,0
1841 – 1850	54,6	378,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1851 – 1860	122,0	6,4	0,0	12,5	0,0	0,0	0,3
1861 – 1870	31,6	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0
Totais	901,8	2.134,3	410,5	553,1	17,7	22,4	303,4

Fonte: KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Tradução e Revisão: Francisco A. Moura Duarte ETalém – Ribeirão Preto/SP: FUNPEC Editora, 2004:210-211.

A maior parte desses escravos foi trazida para a região Centro-Sul, particularmente para o porto do Rio de Janeiro, e foi empregada, também em sua maioria, na cafeicultura que rapidamente se alastrava pelo Vale do Paraíba como a principal atividade econômica do novo país. Isto fez com

⁶ A respeito da posição de José Bonifácio de Andrada sobre a Escravidão e o processo de Independência, ver a obra clássica de COSTA, Emilia Viotti. da. *Da Monarquia à República*. São Paulo, Ed. Grijalbo, 1977, particularmente o Capítulo I, que trata da vida e da obra de José Bonifácio. Beiguelman, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. Vol. 2. Editora Centro Universitário, 1967. Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992. Sobre João Severiano Maciel da Costa, ver a sua própria publicação, em Portugal, em 1821: *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*, sobre o modo e as condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Apesar de a obra defender claramente o fim do tráfico de escravos, seu autor reconhecia que a medida não deveria ser tomada de imediato. A atuação política de João Severiano – foi Deputado na Assembleia Nacional Constituinte em 1823, Ministro do Império e um dos 10 conselheiros nomeados por D. Pedro I para redigir a Constituição de 1824, Membro ainda do Conselho de Estado, Ministro da Fazenda, Presidente da Província da Bahia e Senador de 1826 até 1833 – não foi marcada pelo combate ao tráfico de escravos, ou mesmo pela defesa de sua extinção, ficando sua posição muito mais no “campo das ideias”.

que a região Centro-Sul concentrasse mais de 50% do total de cativos importados da África para o período, como fica claro nos dados da Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição da Importação dos Escravos por Regiões no Brasil (1781 – 1855)

Quinquênios	Centro-Sul	Bahia	Norte da Bahia	Totais	% Centro-Sul
1781-85	34.800	-	28.300	63.100	55,15
1786-90	44.800	20.300	32.700	97.800	45,80
1791-95	47.600	34.300	43.100	125.000	38,08
1796-00	45.100	36.200	27.400	108.700	41,49
1801-05	50.100	36.300	31.500	117.900	42,49
1806-10	58.300	39.100	26.100	123.500	47,20
1811-15	78.700	36.400	24.300	139.400	56,45
1816-20	95.700	34.300	58.300	188.300	50,82
1821-25	120.100	23.700	37.400	181.200	66,28
1826-30	176.100	47.900	26.200	250.200	70,38
1831-35	57.800	16.700	19.200	93.700	61,68
1836-40	202.800	15.800	22.000	240.600	84,28
1841-45	90.800	21.100	9.000	120.900	75,10
1846-50	208.900	45.000	3.600	257.500	81,12
1851-55	3.300	1.900	900	6.100	54,09
Totais	1.314.900	409.000	390.000	2.113.900	(média geral) 58,02

Fonte: IBGE, *500 anos de povoamento*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.

A expansão da Cafeicultura pelo Vale do Rio Paraíba do Sul e a sua relação com a escravidão já foi alvo de dezenas de estudos, desde a obra monumental de Alfredo de E. Taunay, de 1939, em 15 volumes. Diversos outros autores contribuíram destacando aspectos fundamentais dessa nova ‘Civilização’ surgida na esteira da nossa independência e da nova Classe Senhorial conformada.⁷ Esta importância econômica, política e social ‘única’ que o Vale teve para a nossa sociedade tem sido, como não poderia deixar de ser, revisitada e ampliadas por diversos autores, incluindo os que utilizam o conceito de Segunda Escravidão.

O que queremos chamar atenção aqui é que o desenvolvimento que podemos detectar no Centro-Sul, no entanto, não foi exclusividade dessa região. Em vários outros ‘espaços’ brasileiros, ao longo do século XIX, assistimos à uma rápida expansão de atividades primário exportadoras, apoiadas em sua maioria no braço escravo, que vivenciaram desdobramentos dessa riqueza produzida em um processo de urbanização visível pelo conjunto de serviços oferecidos (comunicações, transportes, comércio, etc.), pela presença de instituições bancárias, por um processo de industrialização em curso, presente em diversas regiões do Brasil e que possuíam ritmos distintos entre si e foram marcados por uma série de condições adversas e contraditoriamente complementares.

O pano de fundo de todas essas transformações era, sem dúvida, a expansão de uma economia capitalista que ocorreu mundialmente no século XIX, transformando de forma arrebatadora a economia-mundo. A economia brasileira, periférica em relação às fontes de financiamento, investimento e produção, passou a receber demandas por produtos específicos e *resignificados*, gerando um fluxo de recursos que alterou o perfil das economias agroexportadoras estimulando o desenvolvimento de setores até então pouco ou nada desenvolvidos. A partir da

⁷ STEIN, Stanley J. **Grandeza e decadência do café: no vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras**. Editora Brasiliense, 1961 sobre a ideia de Civilização e Classe Senhorial, entre outros estudos, destacam-se a obra de HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**, t. 2: o Brasil monárquico, v. 7; do Império à República. Bertrand Brasil, 2008 e ainda o trabalho já citado de Ilmar Mattos.

Revolução Industrial, os padrões de consumo e o comportamento dos mercados consumidores europeus, primeiramente, e dos EUA posteriormente, seriam modificados e passariam a exigir um volume de mercadorias cada vez maior por parte das regiões produtoras como demonstrado nos estudos que abordam as *Commodity Chains* (Joseph e Rosenberg, 2006). Para esse maior volume de produção, mais braços escravos eram necessários, portanto, maior o volume também de escravizados.

Os produtos primários, básicos em uma economia colonial, considerados até então como ‘especiarias’ de alto valor e consumo restrito aos grupos privilegiados, adquiriram status de ‘commodities’, fundamentais para uma economia-mundo que se industrializava e que necessitava de cada vez mais insumos – incluindo alimentos necessários para um proletariado crescente e famélico. Tais ‘casos’ são notáveis com os produtos tradicionais da antiga economia colonial brasileira como o açúcar, o tabaco e o algodão e, mais significativo ainda, em relação ao café, que se tornou – via oferta brasileira – em um dos alimentos com grande potencial energético *preferencial* para parcelas crescentes das sociedades industriais, conforme já anotado por João Manoel Cardoso de Mello em seu **Capitalismo Tardio** (Cardoso de Mello, 1982).

Acompanhando a tabela III, vemos que o aumento das exportações desses produtos ocorreu, principalmente, a partir de meados do século XIX. Como podemos perceber nos dados, o valor das exportações (em milhões de libras) de praticamente todos os produtos brasileiros subiu de maneira bastante significativa ao longo do período imperial. Devemos chamar a atenção para o fato de que a mudança da natureza de especiaria para *commoditie* baixa o preço unitário de venda de tais produtos, dado tanto pela concorrência externa, como também pela deterioração dos meios de trocas com as nações industriais. Portanto, o aumento do volume em milhões de libras aponta para o necessário aumento da quantidade exportada desses produtos, uma vez que seus preços tendiam a ser decrescentes.

Esse conjunto de atividades exportadoras colocou o Brasil como uma das maiores economias mundial desde o início de nossa história autônoma. Na tabela IV podemos ver a evolução da economia brasileira ao longo do século XIX, sempre entre as dez maiores economias exportadoras.

O crescimento espetacular do café não oblitera que todos os demais produtos também tenham apresentado comportamento ascendente. O caso do algodão nos parece peculiar, por ser esse produto voltado para o mercado internacional e, ao mesmo tempo, atender à demanda do mercado interno que cresce e se diversifica cada vez mais, materializada, de um lado pela proto-indústria - conforme estudo pioneiro de Douglas Cole Liby – e de outro, pelo crescimento do número de fábricas têxteis no Brasil, ainda na primeira metade do século XIX, como estudado por Geraldo Beauclair de Oliveira. Esse crescimento industrial será ainda mais intenso na segunda metade do oitocentos, como tratado por diversos autores e conforme veremos mais à frente. Também o tabaco teve comportamento semelhante, tendo sua produção voltada para as exportações e o mercado interno, incluindo aí matéria-prima para a produção de charutos e cigarrilhas, inicialmente de forma artesanal e, posteriormente, em várias fábricas de charutos que foram fundadas no Recôncavo da Bahia e também em outras províncias (Silva, 2015).

Por último, a importância da produção açucareira continuou em várias regiões do país e se manteve como o segundo principal produto de exportação brasileiro. Essa produção, tomada separadamente, correspondia a valores superiores às exportações totais de vários países da América Latina, como se desprende da tabela 5.

Tabela 3: Pauta das Exportações Brasileiras (em milhões de libras)

Anos	Café	%	Açúcar	%	Algodão	%	Borracha	%	Couros, Peles	%	Fumo	%	Cacau	%	Outros*	%	Total
1821-30	7,4	19,2	10,7	27,8	8,1	21,0	0	0	5,3	13,8	1	2,6	0,2	0,5	5,8	15,1	38,5
1831-40	23,9	43,8	13,3	24,4	5,8	10,6	0,2	0,4	4,3	7,9	1	1,8	0,3	0,5	5,8	10,6	54,6
1841-50	24,3	42,6	15	26,3	4,2	7,4	0,3	0,5	4,9	8,6	1,1	1,9	0,5	0,9	6,7	11,8	57
1851-60	55,4	51,7	20,9	19,5	6,2	5,8	2,5	2,3	7,7	7,2	2,8	2,6	1,1	1,0	10,5	9,8	107,1
1861-70	67,1	44,2	19,3	12,7	28,9	19,1	5,4	3,6	9	5,9	4,6	3,0	1,4	0,9	16	10,5	151,7
1871-80	116,6	56,8	24,3	11,8	17,3	8,4	11,3	5,5	10,8	5,3	7	3,4	2,7	1,3	15,4	7,5	205,4
1881-90	124	62,2	19,5	9,8	8,8	4,4	15,6	7,8	6,4	3,2	5,4	2,7	3,3	1,7	16,5	8,3	199,5

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico 1939/1940*. In: NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma Nação*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988. p. 342, *apud* GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

* O item 'Outros' consistia em produtos como erva-mate, diamante, ouro, castanha do Pará, madeiras, farinha de mandioca, aguardente e outros produtos, sobre os quais não se dispões de informações estatísticas confiáveis

Tabela 4: 18 maiores exportadores mundiais 1821 – 1930 (em milhões de U\$ 1913)

Anos	França	Alemanha *	Itália	Países Baixos	Portugal	Rússia	Espanha	Suécia	Suíça	Reino Unido	Argentina	Brasil	Cuba	Jamaica	México	China	Índia	EUA
1821-30	858,57	367,76	194,40	171,57	108,94	413,51	202,48	59,98	-	1782,17	46,29	224,07	128,63	146,11	121,99	-	474,07	534,50
1831-40	1352,89	664,28	404,88	247,07	76,11	566,46	245,40	72,30	230,05	2205,37	65,65	370,48	160,75	137,75	159,25	408,83	491,37	894,25
1841-50	1650,80	1047,88	418,38	389,61	77,64	737,97	288,61	91,00	323,10	2784,42	100,29	433,16	245,63	79,32	122,58	319,17	768,86	1158,37
1851-60	3385,37	2339,92	756,38	833,79	129,38	947,62	486,56	186,79	690,44	5225,70	181,52	626,73	355,00	48,21	187,54	747,12	1130,56	2338,96
1861-70	5633,63	3599,20	1173,51	2047,37	161,58	1392,92	647,08	289,23	855,75	8103,18	396,53	910,75	612,77	52,21	273,99	1005,20	2575,03	2616,44
1871-80	6906,37	5770,79	1918,47	2647,91	217,60	2622,99	1055,66	545,91	1186,86	10800,09	679,01	1237,40	765,04	65,86	311,69	1263,80	3056,95	6160,83
1881-90	6817,51	7079,94	2076,37	2842,58	238,81	3036,58	1510,17	689,92	1318,99	11577,69	893,50	1282,70	576,23	72,80	438,68	1163,72	4539,38	7671,45
1891-00	7162,75	8803,56	1995,67	3319,75	214,88	3402,11	1703,90	904,95	1347,08	11876,40	1522,11	1762,60	654,91	84,44	680,71	1289,60	3404,99	10402,55
1901-10	10038,16	14939,64	3356,06	4161,43	284,77	5523,71	1949,70	1209,58	1936,19	16939,79	3160,92	2476,49	982,27	100,31	1241,23	1827,38	5306,41	16166,00
1911-20	11668,15	15126,14	4627,37	4870,23	371,76	3600,20	3636,90	3825,45	3893,75	26826,37	6372,26	3185,79	3326,12	150,09	2002,46	4389,72	8231,85	46003,00
1921-30	19626,72	22441,85	6500,73	6121,67	337,67	3035,90	2631,63	3451,23	3327,03	30439,79	7568,00	3609,88	2883,10	175,27	2571,70	5560,91	10142,73	40612,00

Fonte: Elaboração a partir de Federico, Giovanni; Tena Junguito, Antonio, 2018, "Federico-Tena World Trade Historical Database : Openness", doi:10.21950/BBZVBN, e-cienciaDatos, VI

Tabela 5: Exportações Brasileiras de Açúcar e Algodão e Exportações Totais dos Países da América do Sul (em milhões de dólares)

Anos	Açúcar Brasileiro	Algodão Brasileiro	Argentina	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
1821-30	62,29	47,05	46,29	7,79	34,15	30,91	7,12	3,21	9,77	19,87	17,81
1831-40	90,39	39,27	65,65	12,40	52,76	31,24	9,57	4,05	26,18	33,30	31,52
1841-50	112,75	32,05	100,29	16,69	76,13	41,66	11,50	4,47	52,22	48,75	50,17
1851-60	122,21	36,35	181,52	36,37	159,38	63,49	21,28	8,41	193,34	69,44	56,69
1861-70	115,66	173,95	396,53	54,19	237,44	81,53	30,45	12,23	342,73	119,58	63,81
1871-80	146,01	103,94	679,01	70,21	307,66	115,99	29,95	16,35	315,17	228,29	121,94
1881-90	125,70	56,43	893,50	107,90	472,77	135,52	38,20	21,58	79,95	320,38	176,28

Fonte: Tabela III e Elaboração a partir de Federico, Giovanni; Tena Junguito, Antonio, 2018, "Federico-Tena World Trade Historical Database : Openness", doi:10.21950/BBZVBN, e-cienciaDatos, V1

Essas interpretações das mudanças estruturais da Economia Brasileira já haviam sido apontadas por diversos estudos de historiadores e economistas desde pelo menos a década de 1960, como viemos tentando demonstrar. O fato é que os cativos introduzidos na primeira metade do século XIX se concentraram em algumas regiões de maior dinâmica agroexportadora, embora as antigas regiões não tenham perdido sua importância relativa.

Na imagem abaixo, podemos perceber dois pontos principais: a disseminação da posse dos cativos como traço característico de nossa *nacionalidade*, dado pela dispersão da propriedade escrava em todas as regiões do país, e a grande concentração escrava em alguns espaços que estavam ocupados pelas atividades agroexportadoras. Além da grande concentração de escravos nas áreas cafeeiras das províncias do centro-sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), a presença escrava também se fazia sentir em proporções significativas (pelo menos mais de 15% do conjunto da população) em regiões onde a produção de café era menor ou inexistente. Regiões como a campanha gaúcha, dominada pelas charqueadas; o norte e o sul de Minas Gerais ligados, principalmente, à extração de diamantes (norte) e produção de fumo e algodão casados com o café (sul); o sul da Bahia com a produção cacaueteira e de outros gêneros; o Recôncavo Baiano e sua produção combinada de açúcar, fumo e alimentos; a produção açucareira em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, além da produção de algodão em regiões do Maranhão. Isso corrobora a ideia de dispersão de atividades agroexportadoras por diversas regiões do Brasil, além da concentração da posse de trabalhadores escravizados também estar disseminada e mais concentrada à medida que a atividade principal exigia grandes volumes de produção.

Imagem 1: Concentração de mão de obra escrava segundo os dados do Recenseamento Geral do Império Brasileiro, 1872

Entendemos que esta imagem, mais do que ilustrar a força e a persistência da escravidão para a nossa sociedade impõe, ainda, um conjunto de reflexões para a diversidade regional do país, ou seja, a necessidade de se estudar outros complexos agroexportadores que tiveram significativo desenvolvimento ao longo do XIX. Grande parte dos estudos sobre a História Econômica do Brasil refere-se, direta ou indiretamente, à atividade de produção cafeeira, certamente pela sua óbvia importância para nossa economia (62% das exportações brasileiras na década de 1880, conforme os dados da tabela 3). Porém, abordar as demais regiões em perspectiva comparativa pode nos auxiliar a perceber a diversidade e os encaminhamentos possíveis para a compreensão da escravidão e a sua crise.⁸

Esses outros “complexos”, e mesmo as regiões cafeeiras, também podem e devem ser estudadas a partir dos desdobramentos que a entrada maciça de escravos e a sua presença provocaram em termos de desenvolvimento econômico. Para além do binômio “o café é o negro”, como salientado por Robert Conrad, poderíamos acrescentar “o açúcar, o algodão, o fumo e outros também são o negro”. Podemos entender que a escravidão no século XIX se relaciona *diretamente* à modernização capitalista que estava em curso no nível mundial. Aqui não se trata apenas de relacionar o desenvolvimento de máquinas, técnicas agrícolas e aperfeiçoamento dos sistemas de transportes como formas de um melhor aproveitamento da mão-de-obra cativa como visto em diversos autores (de Emília Viotti a Ricardo Salles), mas de entender que a Escravidão no século XIX se deu nos quadros de um crescimento capitalista industrial e que, portanto, no desenvolvimento de regiões escravistas irá ocorrer, necessariamente, um processo de modernização capitalista relacionada ao que Wilson Cano denominou como *Complexo Agroexportador* (Cano, 1998). Isso pode ser entendido de muitas formas, mas basicamente é um encadeamento da riqueza produzida em um setor base para outros setores das economias locais. (Hirschman, 1985)

Mais do que simplesmente superar a dicotomia campo *versus* cidade ou lavoura *versus* indústria que durante algum tempo dominou parte da historiografia brasileira, é preciso entender a relação entre o crescimento do campo (via mão de obra escrava) e o impacto que isso trará para as cidades (também habitadas por um significativo número de cativos). Em outros termos, trata-se de entender as *raízes escravas* do processo de industrialização/modernização/urbanização/financeirização no país. A abertura de empresas industriais, de transportes, telefonia, serviços em geral, melhoria de portos, reformas urbanas e os diversos bancos fundados pelo país nos interessam quando entendemos essas transformações com raízes na exploração da mão de obra escrava e na renda gerada pela mesma. No decorrer dessa pesquisa – ainda em andamento – pretendemos entender a virada nessa 'transformação', assistida em todo o país, após os anos 1930, quando as atenções do Estado, que passaria a capitanear essa modernização, se volta para o sudeste, especialmente o eixo Rio-São Paulo.

A despeito do incremento da economia agroexportadora com a chegada da Corte ter se constituído no principal pilar da nossa economia, diversos historiadores já mencionaram que o período joanino foi pródigo em apoiar atividades manufatureiras e industriais, até mesmo para adequar a antiga colônia às necessidades de uma ‘Corte tropical’. Em 1960, a publicação da obra **A luta pela industrialização do Brasil**, de Nícia Vilela Luz, destacou as primeiras iniciativas industriais surgidas pela mão de D. João VI em seus diversos alvarás e Cartas Régias concedendo isenções fiscais, privilégios e até mesmo concessões de loterias para estimular esses empreendimentos. Se a obra não avança muito no estudo do período, a análise da professora Alíce Piffer Canabrava, também em texto da década de 1960, detalhou um pouco mais a relação contraditória entre as medidas liberalizantes ou livre-cambistas (como a tarifa Alves Branco, de

⁸ Em relação ao aumento dos discursos e do crescimento do abolicionismo no Parlamento Brasileiro, Robert Conrad já havia sugerido, por exemplo, que a diminuição da presença escrava em regiões como o Nordeste Açucareiro fez com que importantes bancadas abandonassem a defesa da escravidão em momentos cruciais da campanha abolicionista, cf. CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Civilização brasileira, 1978.

1844) e a modernização que, segundo análise até hoje corrente, teria sido obstaculizada pela concorrência dos produtos e capitais ingleses. Canabrava ressalta que as diversas tarifas alfandegárias tomadas a partir de 1844, e ainda, as constantes desvalorizações cambiais impostas aos mil-réis, acabaram por garantir algum grau de proteção aos nascentes empreendimentos nacionais no que diz respeito à concorrência interna, em que pese o aumento do preço na importação de máquinas e implementos, mas que pode ser garantida pelo aumento nas vendas internas dos produtos dessas indústrias nascentes.⁹

Trazendo outras perspectivas teóricas, Geraldo Beauclair de Oliveira estudou o período joanino até meados do século XIX, segundo a lógica da **Pré-indústria**, onde analisou como uma série de medidas tomadas pela Coroa transplantada para a América transformou o espaço colonial, particularmente a cidade do Rio de Janeiro. Diferenciando a **Proto-Indústria**, que marcaria as modernas economias europeias antes da Revolução Industrial, da **Pré-Indústria**, que teria surgido a partir de 1808 no Brasil, o autor chama atenção de como a diversificação da economia no Rio de Janeiro provocou significativo desenvolvimento industrial relacionado aos interesses do Estado (Fábrica de Pólvora, Ferro e Construção Naval, Navegação, etc.), modernização da lavoura (jardins botânicos, engenhos à vapor, etc.) e melhor aproveitamento dos recursos dos ‘produtos da terra’ (madeiras, fabricação de papel, extração de raízes – como a Ipecacuanha ou Poaia, etc) (Oliveira, 2001).

Outro ponto importante no estudo de Beauclair é que o autor abordou esse crescimento como complementar e relacionado à escravidão e ao trabalho escravo. Através de diversos exemplos, o autor demonstrou como importantes oficiais, artífices e operários de vários empreendimentos eram escravos, particularmente nos casos da pesca da baleia, na fabricação de ferro e ainda na construção naval. Nesse mesmo sentido, o estudo de Douglas Cole Libby recua a indústria do ferro e também a têxtil no Brasil ainda para o período final do declínio da mineração aurífera no século XVIII, sob o conceito da **proto-indústria** (Libby, 1989; Ellis, 1969).

O estudo de Beauclair sugere ainda que, até meados do século XIX, a ‘indústria’ brasileira passou por modernização e desenvolvimento similar ao que ocorria nos demais países europeus, ou seja, sem grandes defasagens tecnológicas como se deu na 2ª metade do mesmo século. A associação entre a modernização de nossa economia ligada à grande abundância de produtos tropicais, ou uma ‘vocação natural’ do país, aparentemente, se tornou uma máxima em nosso desenvolvimento. Trabalhos de Teresa Cribelli, por exemplo, demonstram como a participa o nacional nas feiras e exposi oes internacionais – particularmente a da Filadélfia em 1876 – foi marcada pela valoriza o dos produtos naturais – como madeira, peles, frutos e raízes e, no processamento (melhoramento) dos mesmos.   significativo notarmos ainda que, no censo industrial de 1920, o ministério da agricultura anotava como *Cultura de Plantas Industriais e outras espécies arbustivas e arborescentes (...)* a produ o de cana de a u ar, fumo, algodão, mamona, café, cacau, coco, maniçoba, dentre outras.¹⁰ Outros autores já haviam abordado a moderniza o da economia brasileira, particularmente fluminense, provocada ou induzida pela escravidão, como Almir El-Karh e sua obra **Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II** ou, ainda, Luiz Carlos Soares no artigo **A escravidão industrial no Rio de Janeiro do Século XIX** (El-Kareh, 1982; Soares, 2003).

⁹CANABRAVA, Alice Piffer. **História econômica: estudos e pesquisas**. Unesp, 2005, particularmente o capítulo Manufaturas e indústrias no período de D.João VI no Brasil. Sobre as diversas tarifas alfandegárias após 1844 temos 1857 – tarifa Souza Franco, 1860 – tarifa Silva Ferraz, 1869 – tarifa Itaboraí, 1870/71, 74 – A tarifa Alves Branco, 1878, 1879, 1880 – tarifa Assis Figueiredo, 1881 – tarifa Saraiva, 1887 – tarifa Belisário Souza e 1888 – tarifa João Alfredo para mais detalhes cf. SAMPAIO, José Luís Pamponet. *Evolu o de uma empresa no contexto da industrializa o brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte 1891 – 1973*. Disserta o apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1975, pp. 23 – 27.

¹⁰ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Resumo de Várias Estatísticas Econ mico Financeiras**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924. Cf. ainda CRIBELLI, Teresa. ‘These Industrial Forests’: Economic Nationalism and the Search for Agro-Industrial Commodities in Nineteenth-Century Brazil. **Journal of Latin American Studies**, v. 45, n. 03, p. 545-579, 2013.

No Brasil, tanto no sul do país, como no nordeste, levando em consideração suas dimensões continentais, várias culturas utilizaram mão de obra escrava e promoveram desdobramentos para urbanização, industrialização e modernização de serviços, além de aparelhamento financeiro através de redes pessoais e fundação de bancos regionais e agências bancárias de bancos da Corte. Nos interessa entender como se comportaram tais complexos agroexportadores, em sua estrutura e funcionamento, a partir do final do XVIII até o início do século XX, no que já foi chamado de o “longo século XIX”, diz respeito às transformações trazidas pela implantação do modo de produção capitalista e as relações entre as regiões produtoras de matérias primas e alimentos e o mercado internacional sob essa nova égide.

Até aqui, com nossa pesquisa em andamento, chegamos a alguns resultados preliminares que demonstramos através de imagens para melhor compreensão do leitor. Estas imagens, os mapas que seguem, podem ser bastante ilustrativas do que estamos nos propondo defender. A distribuição de mão de obra escrava por municípios, sua relação com o produto principal produzido nesses locais, presença de bancos, indústrias, urbanização e alguns serviços, além da localização dos registros de patentes são nossos passos iniciais. Esses mapas podem nos ajudar a, novamente, ‘ilustrar’ o que viemos propondo até aqui e, servir de ponto de partida para um debate em torno dessa proposta de pesquisa aqui apresentada.

Imagem 2: Principais Indústrias Têxteis fundadas no Brasil no século XIX

Conforme a imagem acima, verificamos que a quase totalidade das indústrias têxteis do século XIX foram fundadas em regiões de grande concentração escrava. Os dados ficam mais claros quando percebemos que, das 130 fábricas identificadas, mais de 63% (ou 82 estabelecimentos) se localizavam em municípios com uma proporção de escravos nos quartis superiores (acima de 15% da população). A média da população escrava nas cidades que possuíram esse tipo de indústrias foi de 18,86%.

A tradição manufatureira do algodão que remontava o período colonial, bem como a rápida expansão da tecnologia industrial inglesa, já nas primeiras décadas do século XIX, explicam como parte dos capitais gerados pela agroexportação foram canalizados para atividades industriais. Nos dizeres de Eric Hobsbawn, o principal negócio da Revolução Industrial inglesa foi de exportar a própria revolução, via maquinário e tecnologia. Segundo Wilson Suzigan, a primeira fábrica “moderna” fundada no Brasil foi a de **Santo Antônio do Queimado**, em Salvador, no ano de 1834 e, até 1870, outras 15 fábricas foram criadas nas províncias da Bahia (mais 6), Rio de Janeiro (3), São Paulo (3), Minas Gerais (2) e Alagoas (1).

A ligação dessas primeiras indústrias com a escravidão possui um componente adicional que foi a atividade do tráfico legal (até 1831) e ilegal de escravos (1850). Parte significativa dessas primeiras fábricas foi fundada por comerciantes envolvidos direta ou indiretamente em atividades ligados ao comércio de escravos. Tal se deu com a fábrica de **Santo Antônio do Queimado** de propriedade da casa Monteiro, Espinheiro e Cia que era ativa na compra e venda de escravos em Salvador. Em 1844 foi fundada, na cidade de Valença (Bahia), a fábrica de tecidos **Todos os Santos**, por Antônio Pedroso de Albuquerque, um dos maiores traficantes ilegais de escravos da província (Almico, Baiardi e Saraiva, 2008 e Silvana, 2018).

Ao mesmo tempo, as maiores concentrações de indústrias têxteis se deram em municípios que eram grandes centros urbanos e capitais de províncias e que, portanto, não estavam diretamente engajados na produção agroexportadora, mas sim nas etapas intermediárias como o financiamento, comercialização e afins, além de possuírem significativa população livre. O município neutro assistiu a fundação de 14 fábricas e possuía, em 1872, 17,79% de população cativa. As cidades de Salvador e São Paulo tiveram, cada uma, 7 fábricas têxteis fundadas até 1900 e possuíam 12,75 e 12,19% de população cativa, respectivamente. Também as cidades do Recife (6 fábricas e 12,79% de cativos), São Luís do Maranhão (5 e 22,23%) fazem parte das capitais que tiveram um número expressivo de fábricas.

Como capitais de província (e do Império, no caso do Rio de Janeiro) essas cidades centralizavam boa parte do capital originário da exportação (vale dizer do trabalho escravo) e ainda a maior parte dos bancos e estabelecimentos comerciais. A disponibilidade de mão de obra abundante nesses locais parece ter sido outro fator determinante, sendo que vários destes estabelecimentos operaram com trabalho escravo.

A maior concentração das fábricas têxteis se deu na província de Minas Gerais, que já havia concentrado importante manufatura algodoeira, desde o século XVIII, ou uma proto-indústria na concepção de Douglas Libby.

Imagem 3: Principais Bancos fundados no Brasil no século XIX

Por tradição herdada da colonização portuguesa, o Brasil não possuiu um número expressivo de Bancos, se comparado a outros sistemas coloniais como a América Inglesa ou Espanhola. A atividade bancária no Brasil, de fato, somente se iniciou a partir da vinda da família real, em 1808, com a criação do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. De fato, até a década de 1830 somente mais três estabelecimentos bancários foram criados nas províncias da Bahia, Pernambuco e do Maranhão. Como já trabalhado por diversos autores, essa ausência de bancos não significava uma ausência de créditos e financiamentos, ao contrário, estimulava esse tipo de atividade que estava disseminada em amplos extratos da população dos grandes centros urbanos.

Justamente pela existência de amplos canais de crédito pessoal, o desenvolvimento de bancos é um poderoso indicativo do ‘transbordamento’ do capital ligado à agroexportação para atividades urbanas e de origem mercantil. A maioria dos bancos brasileiros teve a sua origem nesses extratos mercantis e poucas foram as instituições bancárias brasileiras que no século XIX até as primeiras décadas do XX se dedicaram ao financiamento industrial e/ou rural.

Conforme a imagem III, vemos que, além de um número significativo de bancos terem sido fundados até 1880, estas instituições também se concentraram nas principais regiões escravistas brasileiras. Entre 1808 até 1880 assistimos à fundação de 92 bancos em 25 cidades e, mais da metade desses bancos (55) foram fundados em cidades com populações escravas superiores à 15%. O papel único que o Rio de Janeiro exerceu no Império Brasileiro fica claro com 30 (ou 32,60%) dos bancos criados no período. As demais cidades que tiveram um número alto de bancos foi Salvador com 12, Recife 8, São Luiz 7, São Paulo 5, Porto Alegre 4 e Campos e Maceió com 3 bancos cada.

No caso dos bancos, a concentração nas capitais das províncias é tão mais significativa quando vemos que, por exemplo, a cidade de Campos dos Goytacazes possuía uma população escrava de 32%, em 1872, sendo um dos maiores municípios produtores de açúcar do país. O fato de três instituições financeiras terem sido criadas na cidade, que não era capital da província, demonstra a capacidade de acumulação que o trabalho escravo permitiu em várias regiões do país.

Imagem 4: Privilégios Industriais no Brasil (1882-1910)

À despeito das controvérsias entre os que estudam o desenvolvimento de economias capitalistas, existe certo consenso de que a propriedade intelectual e, particularmente, o registro das invenções e processos coetâneos é uma das formas mais ‘sofisticadas’ de propriedade privada, além de ser responsável por grande parte da inovação e crescimento das economias modernas.

Em nossa pesquisa acreditamos que acrescentar uma análise dos registros dos privilégios industriais, como eram conhecidas as Patentes, se justifica pelos seguintes motivos: 1º) Seu pioneirismo (a primeira legislação brasileira data de 1809, sendo uma das primeiras do mundo, além de anteceder a própria legislação portuguesa!); 2º) pela significativa quantidade de patentes solicitada e/ou registradas, principalmente daquelas ‘nacionais’, ou de pessoas residentes no país; e, 3º) por indicar processos de modernização e desenvolvimento econômico mais sofisticados que apenas a implementação de maquinário e tecnologia estrangeira, mas sim um desdobramento autônomo deste.

Na tabela abaixo podemos observar a evolução no número de privilégios industriais solicitados e /ou concedidos entre o período de 1809 até 1910, período que o país teve três legislações específicas.

Tabela 6: Patentes e Privilégios Industriais concedidos entre 1809 – 1910

Período	Nº de Patentes concedidas	%
1809 – 1830	35	0,33
1831 – 1881	1.165	11,00
1882 - 1910	9.389	88,67
Total	10.589	100

Fontes: MALAVOTA, Leandro Miranda. **A Construção do Sistema de Patentes no Brasil: Um olhar histórico**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. Fundo: PI-AN

A análise da distribuição geográfica dos registros pode contribuir para reforçar esses argumentos, pois do total de patentes analisadas vemos que a grande maioria foram ‘nacionais’ ou seja, de brasileiros e estrangeiros residentes no país no momento da solicitação. De um total de 9.389 registros, cerca de 2.422 ou 25,79% foram patentes tomadas por pessoas ou empresas residentes fora do país. Isso pode assinalar em uma primeira aproximação duas questões importantes: 1º) As inovações nas atividades econômicas mobilizavam parte significativa dos agentes econômicos no país – a ponto de quase 75% das patentes serem ‘nacionais’ ou estabelecidas em território brasileiro e, 2º) que o interesse de agentes, empresários, inventores e capitalistas estrangeiros no mercado brasileiro também era crescente.

Das patentes ‘nacionais’ um número significativo de registros (2.503 para ser mais exato) não apresentava a província (estado) ou cidade de origem ou apresentavam ainda a duplicidade de registro (com os requerentes declarando morar São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo). Optamos por excluir esses casos para não comprometer as análises. Também foram excluídas 1.631 solicitações de privilégios por não terem sido concedidas pelo governo. Nosso “universo” de análise se restringiu então a 2.831 registros de privilégios industriais para o período.

Dos 642 municípios existentes no país, 115 possuíam moradores que solicitaram e conseguiram registros de patentes por suas invenções ou aperfeiçoamento. A vinculação às regiões escravistas é muito significativa pois 2.282 patentes se localizaram em cidades que em 1872 possuíam pelo menos 15% de população escrava. Esse valor, superior a 80% do total está, no entanto, superestimado porque o município neutro da corte, ou a cidade do Rio de Janeiro concentrava um número excessivo de registros (1.719 ou 60,72% do total). Essa concentração não se dava somente pelo maior número de ‘inventores’ na cidade, mas também pela própria dificuldade dos processos de registros, visto que não existiam escritórios regionais e que muitos solicitantes se mudavam para o Rio de Janeiro durante a fase de análise das solicitações.

Considerações Finais

Estas análises tiveram como objetivo chamar atenção para um fato muito conhecido mas, ao nosso ver, pouco dimensionado de nossa economia. A maciça presença escrava em nossa sociedade ao longo do século XIX.

Essa presença afetou a nossa formação de maneiras muito mais complexas do que apenas com a produção maciça de bens de exportação. Produzindo riquezas, mas também sendo parte fundamental na composição destas. Sendo hipotecados, alugados, penhorados, herdados, dados e recebidos como garantias, os escravos foram objetos, mas também sujeitos ativos em vários aspectos dessa economia.

Os dados iniciais nos ilustram mais que demonstram a necessidade de se aprofundar as questões aqui apenas esboçadas

Referências Bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. São Paulo: Edusc, 2008.

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Atica, 1980.

CANABRAVA, Alice Piffer. *História econômica: estudos e pesquisas*. Unesp, 2005, particularmente o capítulo Manufaturas e indústrias no período de D. João VI no Brasil.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998.

CONRAD, Robert Edgar. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, João Severiano Maciel da, *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil*. Lisboa: 1821.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Vol. 23. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CRIBELLI, Teresa. 'These Industrial Forests': *Economic Nationalism and the Search for Agro-Industrial Commodities in Nineteenth-Century Brazil*. *Journal of Latin American Studies*, v. 45, n. 03, p. 545-579, 2013.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira*, t. 2: o Brasil monárquico, v. 7; do Império à República. Bertrand Brasil, 2008.

JOSEPH, Gilbert M.; ROSENBERG, Emily S. *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500–2000*. Duke University Press, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia colonial*. Editora Perspectiva, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIBBY, D. C. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX. *Revista do Departamento de História*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 9, 1989.

LIBBY, Douglas Cole. Proto industrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais.

História Econômica da Independência e do Império, São Paulo, Editora Hucitec, Fapesp, 1996.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. FUNPEC Editora, 2009.

MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 339-383, 2009.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a Non-Export Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited. *The Hispanic American Historical Review*, v. 63. n. 3, Agosto, 1983, pp 537-590.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamas e LAPA, José R. do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. Revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Ed da USP. Imprensa Oficial, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Editora Brasiliense, 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Resumo de Várias Estatísticas Econômico Financeiras*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1924.

MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. Parte I, texto 1.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. *A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. *Raízes da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro, Studio F&S, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense, 1948.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império*. Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, José Luís Pamponet. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte 1891 – 1973*. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1975, pp. 23 – 27.

SILVA, Ana Paula Albuquerque. *Produção Fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia, 1774-1830*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2015.

SOARES, Luiz Carlos. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. *Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de*

Empresas da ABPHE. Caxambu 2003.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café: no vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. Editora Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.

TOMICH, Dale e MONZOTE, Reinaldo. Fronteira Açucareira e Revolução Industrial em Cuba, 1815-1870. In: Cunha, Olivia Maria Gomes da (ed.) *Outras Ilhas: espaços, temporalidades e transformações em Cuba*. Rio de Janeiro, Aeroplano/FAPERJ, 2010, 65-117.

TOMICH, Dale. The 'Second Slavery': bonded labor and the transformation of the nineteenth Century World Economy. *Rethinking the Nineteenth Century: Contradictions and Movements*, 103-17, 1988.

HIRSCHMAN, Albert O. (1971b). "Ideologies of economic development in Latin America", en Albert O. Hirschman, *A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America*, capítulo 13. New Haven: Yale University Press.